

As mulheres brasileiras no século XIX.

Karolina Dias da Cunha¹

1. Cenário brasileiro no século XIX

No decorrer do século XIX ocorreram mudanças estruturais das cidades brasileiras, podemos citar o aparecimento de um comércio cada vez mais ativo, a industrialização incipiente, a comunicação aumentando seu espaço e maiores índices de alfabetização, principalmente nos centros urbanos. Assim possibilitaram aparecimento de novos pensamentos, ideologias e perspectivas políticas. Sem dúvida a urbanização crescente e o desenvolvimento da industrialização, também contribuíram para muitas mudanças na estrutura social da sociedade brasileira, como por exemplo a necessidade de cada vez mais mão-de-obra para os trabalhos nas fábricas e no comércio, assim muitas mulheres e crianças foram inseridas nesses trabalhos que na maioria das vezes eram trabalhos muito precários e de pouca valorização.

Por todas as mudanças e acontecimentos ao longo do século XIX a sociedade brasileira tornava-se mais complexa e diversificada, a balança populacional e de renda deslocou-se decisivamente do Nordeste para o Sul, onde os centros urbanos em expansão possibilitava cada vez mais um crescimento do comércio e da indústria, junto à melhoria da comunicação, dos serviços de drenagem, esgoto e iluminação que contribuíram para a intensificação da vida política e intelectual das elites urbanas.

Os centros comerciais, administrativos e financeiros eram dependentes do cultivo e da exportação do café e foram beneficiados financeiramente e politicamente da economia cafeeira. Além de ter sido com o comércio do café que outros produtos puderam ser comercializados, assim, a economia baseada neste produto intensificava a entrada de recursos financeiros que foram investidos em

¹ Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2013) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Área de pesquisa: Estudo das políticas públicas na área de saúde implementadas pelos governos imperiais e republicanos, História da medicina, com ênfase na história da saúde pública e História do Brasil e do Espírito Santo no Oitocentos.

muitos setores da sociedade brasileira. O café representou quase metade do valor das exportações, em meados do século XIX, alcançando 61,5% em suas últimas décadas.

No terceiro quartel do século XIX, cidades brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo foram exemplos destes centros comerciais e podiam vangloriar-se das melhorias no transporte público, iluminação, abastecimento de água, assim como de maior número de ruas pavimentadas e edifícios públicos elegantes. Tais incrementos chamavam a atenção dos viajantes estrangeiros, especialmente a dos que visitavam o Rio de Janeiro, a capital do Império.

Já na região de São Paulo, devido essencialmente ao crescimento da atividade cafeeira, pois houve mais possibilidade de cultivo, especialmente no Vale do Paraíba do Sul, região que cumpriu um papel de base da economia no período imperial, por ser o local onde a plantação de café encontrou solo e clima bastante propícios para ter boa rentabilidade. Dessa forma, a região também foi ponto de encontro das rotas comerciais, urbanizando-se e orientando-se cada vez mais, para o comércio. Assim a vida dos paulistas transitava entre o rural e o urbano.

O Brasil, durante grande parte do século XIX, permaneceu submerso numa economia que mantinha uma como base a lavoura o braço escravo. No âmbito político o país estava procurando seguir o modelo europeu. Porém, a economia e a estrutura social, por mais que ocorriam mudanças permanecia hierarquizada, a partir de uma pirâmide que tinha seu ápice uma minoria branca latifundiária que se estabelecia com dirigentes, e na base, a massa de escravos. E entre essas duas camadas circulava uma gama variada de homens e mulheres livres que se ocupavam com plantio em pequenas propriedades, trabalhos no comércio e às ocupações informais.

E no Rio de Janeiro nos idos de 1870, sendo sede do poder nacional, bem como a maior cidade do Brasil continuava na liderança econômica, cultural e intelectual do país. Suas ruas estavam repletas de estabelecimentos públicos, como alfândegas, inspetoria, correios, bancos, casas de câmbio e inúmeras joalherias. Porém poucas escolas existiam e somente durante os últimos vinte anos do século XIX que as escolas vão se beneficiar de melhorias.

Logo que, foi no Rio de Janeiro o centro das primeiras manifestações e protestos contra a subordinação feminina, lideradas pelas mulheres de classe média e alta.

2. O cotidiano das mulheres e seus diferentes papéis

O cotidiano das mulheres brasileiras no século XIX baseava-se muitas vezes nos afazeres domésticos, eram elas que deveriam exercer as atividades relacionadas ao lar, como cuidar dos membros da família, cozinhar, lavar as roupas e etc. Muitas mulheres deveriam seguir os ideais católicos de família, onde elas tinham obrigações quando jovens, casadas e até mesmo quando viúvas. Um característica tanto do pensamento católico, que tentava se impor a todo momento, quanto do pensamento positivista, era acentuar a divisão entre o trabalho externo e a vida no lar. Onde cabia ao homem a responsabilidade financeira da família e a mulher competia todas as funções da casa, mediante a procriação e a educação dos filhos. Havia uma grande insistência desses pensamentos de que em seu cotidiano, a mulher deveria manter-se afastada da vida social e considerar a reclusão no lar como seu único e devido espaço. Dessa forma, muitas delas, principalmente das classes com mais condições financeiras, inicialmente não tinham interesse de instrução e nem de participação política na sociedade, e se por acaso houvesse, essas seriam tidas como mulheres desprezíveis, pois não enquadravam-se nos moldes conservadores que a Igreja e muitos juristas recomendavam e faziam grandes esforços para evitar qualquer alteração na ordem social, qual queriam consolidar cada vez mais no país.

Na maioria das vezes as mulheres mal entravam na adolescência já estavam sendo preparadas para casar, com vinte e poucos anos já eram cercadas de filhos e deveriam dar conta da educação dos filhos e filhas, onde certamente era uma educação diferenciada, pois as meninas eram desde cedo ensinadas sobre os papéis que exerceriam na sociedade de esposa e mãe. Assim as diferenças entre a educação reservada aos meninos e a destinada as meninas reforçavam a ideia de mundos masculinos e femininos distintos. Tanto que quando as meninas tiveram acesso à educação formal, com a legislação em 1827, referente à educação feminina, esta só as admitia em escola elementar e a ênfase dos estudos permanecia sendo orientada para exercer os papéis privados de mãe e dona-de-casa. A lei orientava que as escolas femininas enfatizassem as atividades domésticas, jamais ensinadas aos meninos.

Posto que as chances de educação formal para as meninas geralmente eram limitadas, mesmo nas cidades, algumas melhorias ocorreram durante a última metade do século XIX. Porém poucos brasileiros tinham acesso à escola. A educação formal continuava limitada em grande parte aos que possuíam boa condição social e financeira.

Podemos dizer também que os cotidianos das mulheres diferenciavam-se de acordo com a condição social, econômica e da cor da pele. Para as moças dos grupos sociais privilegiados, o ensino da

leitura, da escrita e das noções básicas de matemática vinha acompanhado das aulas de piano, francês, aulas que eram ministradas em suas próprias casas ou em escolas religiosas. Eram incentivadas para desenvolverem habilidades domésticas que incluía domínio com a agulha, culinária, bordados, rendas, mando das criadas, domínio da casa. Para muitos grupos dessa sociedade do século XIX, as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, não havia a necessidade dela obter conhecimentos além daqueles que ajudasse a consolidar a sua moral e os bons princípios, o que contava não eram seus desejos, mas sim sua função social, o pilar de sustentação do lar. Por isso era importante que essas mulheres fossem ensinadas desde pequenas a serem doces, amáveis e submissas os pais e depois aos maridos.

Já as meninas pobres estavam desde muito cedo envolvidas nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado com os irmãos menores, essas tarefas tinham prioridade, eram maiores do que a escolarização. E as negras também tinham destinos semelhantes aos das brancas pobres que ficavam isentas do processo sistemático de escolarização, e de vida privada, para essas meninas escravas a educação acontecia no dia-a-dia, na violência do seu trabalho, na luta pela sobrevivência, na resistência e na fuga.

Principalmente devido as concepções dos pensamentos católico e positivista, a vida das mulheres do século XIX eram muitas vezes norteadas por essas duas correntes de pensamento conservadoras. Onde as mulheres tinha que estar enquadradas perfeitamente num esquema de ordem social conservadora, deixando totalmente o espaço político e social para o homem. Assim a figura da mulher de esposa e mãe foi valorizada por essas correntes apenas nos seus aspectos de submissão e fidelidade ao homem que tinham como uma forte preocupação preservar a família da influência de novas ideias liberais que estavam sendo difundida durante todo o processo de urbanização que o país passava durante o século XIX. Durante toda a primeira metade deste século, a Igreja católica assentou a preservação dos valores morais da família, tornando como tema a Ordem e a autoridade e o pensamento positivista levantava a bandeira da Ordem e progresso. Dessa forma, em relação à ética familiar e a disciplina que as mulheres deveriam seguir, havia uma perfeita sintonia entre o pensamento católico e o pensamento positivista.

Além disso, as mulheres brasileiras do século XIX depararam-se com o estabelecimento de uma política jurídica, médica e política, preocupada com a formação de trabalhadores e cidadãos sadios, moral e sexualmente. A vida sexual e amorosa de toda a população e não só dos mais bem situados passava a ser uma preocupação dos governantes e um assunto de interesse público em função da

necessidade de se cuidar da educação das gerações futuras e dos caminhos da construção de uma nova sociedade, nesse momento segunda metade do século XIX, sobre a ideologia positivista que pregava a “ordem e progresso”, o trabalho, as regras ligadas a higiene social, costumes ordeiros, as mulheres mais do que nunca deveriam assumir as tarefas do casamento, da maternidade e da educação dos filhos. Esse modelo de vida social, sexual e amorosa com padrões de moralidade era recomendado para as mulheres que pertenciam às famílias mais abastadas, as mulheres que poderiam frequentar o espaço público deveriam fazer de forma educada, eram elas a base moral da sociedade e as responsáveis pela formação de uma decência saudável, eram desobrigadas de qualquer trabalho produtivo.

E para as mulheres das classes mais populares, em particular as negras, indígenas e mulatas havia a preocupação de juristas e políticos, para estes, elas eram portadoras de vícios, da escravidão, tinham tendências a ociosidade, não valorizavam os laços familiares, o casamento e a honra, para muitos juristas da época seria um desafio implantar esses conceitos de valores para esta camada da população. Para as mulheres pobres o casamento não tinha o mesmo sentido, que poderia ser de imposição, desejado ou imaginado por moças que pertenciam segmentos sociais elevados, pois não era o único local para as relações sexuais e afetivas, não tinham apenas um fim procriativo, a virgindade e a honra para as meninas pobres não eram tão imprescindíveis, poderiam encontrar outros parceiros e estabelecer firmes relações, essa diferenciação de postura, estava relacionada com uma organização familiar muito comum no Brasil de tantas diferenças. Assim, existiam em pleno século XIX mulheres solteiras, sozinhas, separadas ou viúvas, que viviam sós com suas filhas e filhos, que desempenhavam trabalhos doméstico fora do lar ou autônomos como as, lavadeiras, costureiras e doceiras. Na maioria dos casos as moças pobres sofriam inúmeras violências morais e físicas, como a perda da virgindade e a difusão desse fato, abalando drasticamente a sua honra, eram incentivadas por familiares ou amigos mais próximos, como padrinhos e tios, para apresentar queixas nas delegacias, não encontravam nos braços do poder jurídico as soluções que ansiavam, claro que muitas moças pobres do século XIX, a virgindade, o casamento, a honra, eram valores que deveriam ser alcançados, mas se não alcançassem, devido aos entraves de suas vidas, e muitos eram eles, não seria o fim, nem a eterna infelicidade, seus costumes e condições de sobrevivência apresentavam-se com maior força diante dessas desilusões.

2.1 A educação e os caminhos para emancipação feminina

As últimas décadas do século XIX apontaram para a necessidade de educação para a mulher, bem como de mão-de-obra feminina nas fábricas e no comércio. Vinculando-as a modernização da sociedade, a higienização da família, a construção da cidadania dos mais jovens. As transformações sociais e econômicas ocorridas neste século, vemos o início de uma ocupação considerável de mulheres em diversos setores. Porém, não podemos esquecer que, elas foram conduzidas para postos subalternos de pior remuneração, maior instabilidade e exigindo menores qualificações, a força de trabalho feminina foi sistematicamente afastada de posições de chefia. Entretanto, também verificamos que em determinadas áreas, tais como o ensino secundário e as atividades ligadas ao cuidado, como a enfermagem, foram predominantes ocupadas por mulheres e principalmente o ensino sendo um dos setores que visivelmente desde fins do século XIX a participação feminina foi ganhando campo, dava seus primeiros passos, apesar de a imagem tão fortemente propagada na sociedade, do professor (homem) como provedor do saber.

Contudo as mulheres que não tinha nenhum acesso à educação, e conseqüentemente aos espaços públicos, usou as portas abertas pela educação e religião, para transitar, ainda que com restrições, neste espaço. Assim, as mulheres estrangeiras e protestantes, outsider na sociedade brasileira, foram responsáveis por tencionar a lógica patriarcal e disciplinar juntamente com tantas outras na busca da afirmação pessoal e apropriação do espaço historicamente negado.

Com a abertura de escolas para educação de moças, mesmo inicialmente de caráter religioso foi possibilitado um lugar para a profissionalização das mulheres, onde elas encontravam na escola e na religião uma maneira de atuar fora do espaço privado. Tal inserção foi percebida como um dado importante para fomentar as discussões em torno da emancipação feminina. Dessa forma, com a possibilidade de uma maior participação no espaço público, através da saída de casa para a escola, ocorreu um processo de resistência que se justifica pela profissionalização do magistério, abrindo as portas do mercado de trabalho para aquelas que queriam mais que educar seus próprios filhos, tornando-se então professoras. E agora como professoras, poderiam ter seu sustento e darem um passo a mais para a emancipação. Além disso, numa perspectiva histórica, a profissão do magistério tornou-se quase que estritamente feminina, e isto é percebido atualmente, quando nos cursos de pedagogia a grande maioria são de mulheres.

Enfim, a luta pela educação das mulheres foi fundamental nas últimas décadas do século XIX. Pois sem dúvidas, com a instrução as mulheres poderiam recuperar os direitos perdidos, educar seus filhos corretamente, entender dos negócios e das finanças da família, e ser companheiras dos

maridos, não suas escravas: "Com a instrução conseguiremos tudo, e quebraremos ainda as cadeias que desde séculos de remoto obscurantismo nos recheiam."²

3. Primeiras reivindicações das mulheres brasileiras no século XIX

Em sua maioria as mulheres pertencentes à elite brasileira não desempenhavam nenhuma tarefa doméstica, pois tinham seus empregados ou escravos para executar e muitas gostavam de ficar à toa, já outras detestavam a vida sem ocupação e ficavam descontentes, principalmente porque não tinham nenhum direito à participação política e nem cursar escola de ensino superior. Além disso ansiavam por tornar pessoas úteis a sociedade. Podemos assim dizer, que o desejo de sair do tédio, executar tarefas importantes poder cursar escolas de ensino superior e até mesmo escrever em jornais, estimulou o desejo de mudança.

Além disso, muitas mulheres da classe média e alta queriam o desenvolvimento integral de suas potencialidades, dentro e fora de casa, queriam poder empenhar-se em alguma atividade ou emprego respeitável que lhes desse renda, bem como almejavam abrir seus próprios negócios e o que mais chocavam os homens era a defesa que algumas mulheres faziam do direito a participação política por meio do voto.

3.1 As mulheres reivindicando participação nas escolas de ensino superior

No Brasil do século XIX, tradicionalmente a educação superior tinha como objetivo preparar os homens para profissões de prestígio e que desse status, podemos citar como exemplo os cursos de direito e medicina. Ter um título superior era uma condição fundamental para fazer parte da elite que dominava a vida política do país. Assim existiam poucas conexões entre a formação e o sistema da escola primária dirigida ainda que precariamente a maioria dos brasileiros que ainda permaneciam em sua grande maioria analfabetos.

Diante deste cenário que excluía as mulheres do espaço escolar superior, uma mulher não poderia fazer parte da academia, porque o que esta oferecia era um currículo destinado a preparar homens para o mundo político da elite governante, espaço exclusivamente masculino limitado a um número restrito de homens ricos.

Porém, mesmo com todas estas impossibilidades colocadas, a educação sempre foi um fator muito importante entre as mulheres defensoras da emancipação feminina. Assim elas nunca deixaram de

² Extraído do periódico "O Sexo Feminino", 7 set. 1873 p. 14.

expor a crença de que, com uma educação melhor, as mulheres brasileiras poderiam garantir não apenas mais oportunidades de emprego, mas ainda poderiam, inclusive ter profissões que permitisse além do sustento, uma influência e poder.

Dessa forma, a luta para que as mulheres pudessem ter uma educação séria e frequentar as escolas de ensino superior foi uma demanda fundamental nos fins do século XIX, muitas brasileiras como Luciana de Abreu, professora de escola elementar no Rio Grande do Sul em 1873 subiu em um palanque público para protestar contra a exclusão feminina das instituições nacionais de ensino superior e denunciar a injustiça com que os homens tratavam as mulheres. E ao contrário de muitas mulheres que apenas tocavam piano ou recitavam poesia em reuniões sociais, ela defendia oportunidades iguais para as mulheres como o acesso ao ensino superior e a liberdade de escolher exercer qualquer profissão.

Na defesa dos direitos das mulheres à educação superior, essas mulheres utilizavam argumentos similares aos usados pelos homens de mente progressiva do país. Empregando a retórica do patriotismo e o anseio de desenvolvimento econômico cada vez maior, elas argumentavam que o progresso do país dependia de suas mulheres.

Enfim, foi uma grande dificuldade abrir as portas das escolas superiores para às mulheres. E foi só em 1879, que o governo brasileiro permitiu a entrada feminina às instituições nacionais de ensino superior, permitindo-lhes que adquirissem profissões antes reservadas apenas aos homens. Porém só um número reduzido de mulheres puderam realizar tal aspiração, pois além da grande pressão e desaprovação social, mas mulheres tinham que enfrentar a educação secundária, que no Brasil ainda estava muito restrita aos homens influentes da elite.

Contudo, a questão da emancipação feminina crescia cada vez mais, com um número maior de mulheres que conseguiam ingressar em campos profissionais de prestígio e não demorou para começarem a discutir outra questão muito mais polêmica, a da igualdade política.

3.2 O voto feminino: um direito a ser alcançado

No Brasil do século XIX o voto censitário foi estabelecido pela constituição de 1824 e eliminado pela constituição de 1891. O voto censitário determinava que para participar das eleições, as pessoas deveriam ter uma renda mínima de 100 mil réis anuais, isso fazia com que todos os escravos e brasileiros de pouca renda ficassem de fora da escolha dos dirigentes políticos do país.

Dessa forma, o voto entre os homens também era limitado, além de permanecer uma forma de manifestação política proibida para as mulheres. Inclusive poucas mulheres viam benefício no direito de votar, pois poucos homens votavam e a generalização não parecia uma questão tão importante.

Portanto, até as primeiras defensoras dos direitos das mulheres no Brasil não ansiavam o direito ao voto, ainda que umas poucas tivessem demonstrado interesse pelas questões políticas, como o caso de Ana Eurídice Eufrosina de Barandas que tinha defendido o direito de toda mulher participar das discussões políticas e durante a Revolução Farroupinha (1835-1845), principal revolta regional sob o Império, no Rio Grande do Sul, ela escreveu uma justificativa a direito das mulheres expressarem opiniões políticas e externarem seus pensamentos, ao invés de só se preocuparem com suas prendas domésticas. As mulheres, insistia ela, têm "os mesmos atributos e os mesmos sentimentos" dos homens, e afirmava que, quaisquer defeitos que as mulheres demonstrassem, resultavam muito simplesmente da opressão masculina.

Com o a agitação política do período que antecedeu a proclamação da república, bem como o aumento do número de mulheres que começavam a ingressar na educação superior, o desejo das mulheres por seus direitos políticos foi fortalecendo-se e indiretamente forneceu-lhes não só argumentos adicionais pró-sufrágio, mas também oportunidade de empenharem-se por este direito. Assim em 1889, com a queda do Império e a proclamação da República, o novo regime, de início, forneceu a possibilidade de uma estrutura política mais aberta a questão do sufrágio feminino começou a se tornar uma reivindicação mais vital para as bem educadas defensoras dos direitos das mulheres que conheciam muito bem uma sensação de exclusão e frustração política.

Por outro lado, a resistência masculina ao voto das mulheres foi muito forte e somente no século posterior que as mulheres vão alcançar o direito político do voto. Grande parte da oposição ao voto feminino estava fundamentada na ideia de pureza e domesticidade das mulheres, elas para o pensamento positivista deveriam ser a gentil companheira do homem, mas nunca sua adversária na luta diária da vida. Para os positivista, a mulher deveria formar a base moral da sociedade, bem como ter apenas o dever se servir ao lar em tempo integral como esposas e mães e não dividirem seu tempo com atividades políticas fora de casa.

As grandes expectativas do grupo de mulheres defensoras dos direitos das mulheres no Brasil tiveram uma frustração durante a Constituinte de 1891. Apesar de terem dito o apoio de alguns

radicais republicanos, os defensores do voto feminino ainda permanecia uma minoria no Congresso. Entretanto, a questão do voto feminino não foi ignorada por muito tempo, os jornais, revistas, livros, frequentes debates públicos sempre incluíam o tema e até mesmo no carnaval de 1891, pouco depois do Congresso Constituinte ter debatido a matéria, surgiu como protesto de uma das principais sociedades de foliões no Rio de Janeiro.

Por fim, podemos observar que o voto feminino foi uma luta iniciada antes mesmo da Proclamação da República e que só no século posterior em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas foi aprovado parcialmente permitindo somente às mulheres casadas, com autorização dos maridos, e às viúvas e solteiras que tivessem renda própria e em 1934, as restrições ao voto feminino foram eliminadas do Código Eleitoral, embora a obrigatoriedade do voto fosse um dever masculino. Em 1946, a obrigatoriedade do voto foi estendida às mulheres.

4. Considerações finais

No Brasil do século XIX, com o contexto de industrialização, abolição da escravatura, imigração crescente, proclamação da República e o desenvolvimento urbano muitas mudanças sócio-econômicas e culturais ocorreram no país. Contribuindo assim para aparecimentos ou reorientação de ideologias.

Com relação à vida das mulheres ao longo do século XIX, numa sociedade altamente estratificada, os cotidianos delas diferenciavam-se de acordo com a condição social, econômica e cor da pele. Assim essas diferenças determinavam o papel social que as mulheres exerceriam na sociedade brasileira.

Por muito tempo no decorrer do século analisado, a orientação da ideologia católica, mais conservadora, insistiu fortemente nos padrões tradicionais de ordem e disciplina familiar, onde a mulher cumpria suas atividades de formar submissa. E a Igreja católica afirmava também a sujeição das mulheres em ocuparem somente o espaço privado, sendo assim as mulheres pertencentes à uma classe com uma maior condição era ensinada à competir somente ao lar, ou seja cumprirem os papéis de esposa e mãe. Dessa forma, podemos perceber que essas características ajudaram a modelar um padrão de família burguesa e conservadora.

Porém com um avanço econômico do país, impulsionado pela economia cafeeira e o desenvolvimento das cidades, contribuíram para abertura de mudanças sociais e culturais,

apregoadas pelos liberais, sendo os primeiros a proclamar maior autonomia para as mulheres dentro do lar e para maior liberdade social. E parte das mulheres de boa condição social que viviam dependentes dos maridos e cansadas de terem o papel de submissão, passaram a perceber que precisavam exigir fazer parte do espaço público. Deste modo, viram na educação a chance de garantir mais oportunidades, elevando seus horizontes e conseqüentemente conquistando o próprio sustento e denunciando a injustiça com que eram tratadas.

Assim sendo, a educação foi um fator primordial das primeiras reivindicações das mulheres, que depois também passaram a reivindicar espaço nas instituições nacionais de ensino superior, pois acreditavam que a posse de um título superior garantiria mais oportunidades com melhores remunerações e avanço na participação da vida política da sociedade brasileira. Posteriormente, quanto mais as mulheres conseguiam distanciar do papel doméstico que lhe era imposto, mais questões ligadas a emancipação feminina foram colocadas em pauta na sociedade. Assim sendo, a reivindicação por direito a participação política, por meio do voto foi uma longa luta travada pelas mulheres desde o século XIX até sua conquista no século passado.

Bibliografia

AZZI, Riolando. Famílias e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In. RIBEIRO, Ivete. **Sociedade brasileira contemporânea**. Famílias e valores. São Paulo: Edições Loyola, 1987. p. 85-120.

BARANDAS, A.Eurydice Eufrozina. **O ramallete ou flores escolhidas no jardim da imaginação**. (Porto Alegre: I.J.Lopes, 1845), p 51-64.

GEIGER, P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, MEC, 1963.

HAHNER, June. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil 1850-1940**. São Paulo: Editora Mulheres, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. 2.ed.São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960. Tomo II, v.4, p.119.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil). 1834 – 1889. vol 3, das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora nacional,

1940.

MORAIS, Eneida de. **História do carnaval carioca**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1856, p.79

PRIORE, Mary. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

RODRIGUES, Leda. **A instrução feminina em São Paulo**. Subsídios para sua história até a Proclamação da República. São Paulo: Sedes Sapientiae, 1962.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família e vida doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais**. Estudos Cedhal. n.10. p.40 São Paulo: Humanitas, 1986.

SOARES, Pedro Maia. **Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1945)**. Rio de Janeiro: [s.n], 1950.p.91.

VAITSMAN, Jeni. Gênero, casamento e família na modernização brasileira. In. __. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 53-74.